

VULCABRAS AZALEIA S.A.

C.N.P.J./M.F. 50.926.955/0001-42 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Apresentamos os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparando com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, da Vulcabras Azaleia S.A. em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e nº 11.638/07), Lei nº 11.941/09 e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos acionistas na sede e site da Companhia. Jundiá, 02 de março de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					Passivo				
Caixa e equivalentes de caixa	62.164	68.626	3.606	916	Fornecedores	40.993	58.004	1.088	420
Contas a receber de clientes	448.377	467.384	-	-	Financiamentos e empréstimos	3.264	22.878	-	-
Estoques	241.238	229.475	-	-	Impostos a recolher	8.402	7.342	83	99
Impostos a recuperar	14.723	16.556	631	537	Programa de recuperação fiscal - REFIS	128	128	-	-
Imposto de renda e contribuição social	4.580	4.591	353	121	Salários e férias a pagar	41.394	36.552	17	17
Despesas antecipadas	13.631	4.453	1.236	11	Provisões	18.326	50.344	405	449
Outros contas a receber	9.519	9.174	30	-	Passivo de arrendamento	7.798	-	-	-
Total do ativo circulante	794.232	800.259	5.856	1.604	Valores a pagar por aquisição de operação	-	61.627	-	-
Aplicações financeiras	2.823	2.510	2	2	Comissões a pagar	13.536	13.491	-	-
Impostos a recuperar	7.744	8.155	1.794	1.770	Outras contas a pagar	15.356	24.759	132	147
Impostos de renda e contribuição social diferidos	330	301	-	-	Total do passivo circulante	149.197	275.125	1.725	1.132
Depósitos judiciais	17.952	41.384	539	730	Financiamentos e empréstimos	39.789	37.128	-	-
Direito de uso	15.845	-	-	-	Mútuos com partes relacionadas	16.930	16.259	-	5.419
Outras contas a receber	2.229	2.250	1.585	1.585	Provisões	38.183	30.668	453	491
Despesas antecipadas	673	210	4	1	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	2.850	3.298	-	-
Bens destinados à venda	194	194	-	-	Passivo de arrendamento	8.047	-	-	-
Realizável a longo prazo	47.790	55.004	3.924	4.088	Impostos a pagar	12.265	22.196	-	-
Investimentos	62.046	61.754	1.076.837	939.397	Provisão para perdas com investimento	-	-	95	97
Propriedade para investimento	2.530	2.946	2.522	2.936	Outras contas a pagar	-	637	-	-
Imobilizado	235.120	195.003	161	165	Total do passivo não circulante	469	637	-	-
Intangível	213.440	211.807	111	111	Patrimônio líquido	118.533	110.186	548	6.007
Total do ativo não circulante	513.136	471.510	1.079.631	942.609	Capital social	1.106.717	1.106.717	1.106.717	1.106.717
	560.926	526.514	1.083.555	946.697	Reservas de reavaliação	5.532	6.401	5.532	6.401
					Reservas de capital	1.517	641	1.517	641
					Ajustes de avaliação patrimonial	16.281	1.990	16.281	1.990
					Prejuízos acumulados	(42.909)	(174.587)	(42.909)	(174.587)
					Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.087.138	941.162	1.087.138	941.162
					Participações de não controladores	290	300	-	-
					Total do patrimônio líquido	1.087.428	941.462	1.087.138	941.162
					Total do passivo	267.730	385.311	2.273	7.139
					Total do passivo e patrimônio líquido	1.355.158	1.326.773	1.089.411	948.301
Total do ativo	1.355.158	1.326.773	1.089.411	948.301					

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos em 01 de janeiro de 2018					Capital social				
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	-	-	-	1.107.661				
Realização dos gastos com emissão de ações	(944)	-	-	-					
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	641	-					
Outros resultado abrangentes									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-					
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.106.717	6.401	641	1.990	Total	784.318			
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial pelo encerramento de investida	-	-	-	-					
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	-	-	-					
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	876	-					
Outros resultado abrangentes									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-					
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.106.717	5.532	1.517	16.281	Total	1.087.138			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Rec receita líquida de vendas	1.359.985	1.248.963	-	-
Custo das vendas e revendas	(888.184)	(800.360)	-	-
Lucro bruto	471.801	448.603	-	-
Despesas com vendas	(215.831)	(192.888)	-	-
PECLD	(9.013)	(2.741)	-	-
Despesas administrativas	(109.630)	(91.182)	(6.427)	(5.389)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.145	(3.780)	16.689	5.396
Resultado da equivalência patrimonial	292	1.768	135.389	153.297
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos	141.764	159.780	145.651	153.304
Receitas financeiras	33.552	20.874	207	162
Despesas e receitas financeiras líquidas	(28.420)	(27.063)	(341)	(1.354)
Resultado antes dos tributos sobre lucro	146.896	153.591	145.517	152.112
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(3.816)	(1.477)	(2.452)	-
Lucro líquido do exercício	143.080	152.114	143.065	152.112
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	143.065	152.112	143.065	152.112
Acionistas não controladores	15	2	-	-
Lucro líquido do exercício	143.080	152.114	143.065	152.112
Resultado por ação				
Resultado por ação ordinária - básico	0,5821	0,6190	-	-
Resultado por ação ordinária - diluído	0,5788	0,6169	-	-
Quantidade de ações ao final do período				
Ações ordinárias em circulação	245.756.346	245.756.346	-	-
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor	247.196.346	246.591.346	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do Exercício	143.080	152.114	143.065	152.112
Outros resultados abrangentes - ORA	2.033	5.346	2.033	5.346
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	2	(311)	2	(311)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	145.115	157.149	145.100	157.147
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	145.100	157.147	145.100	157.147
Acionistas não controladores	15	2	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vulcabras Azaleia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiá - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas localizadas no Nordeste, nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe. A Companhia adquiriu no exercício de 2018 o controle sobre a entidade UA Brasil Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda., através de sua subsidiária Vulcabras Azaleia CE alterando o nome da empresa para Vulcabras Azaleia SP. A Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades e tem como objetivo a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas: Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias: • Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.; • Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.; • Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.; • Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias: • Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; • Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.; • Calçados Azaleia Colômbia Ltda.; e • Calçados Azaleia Peru S.A. As marcas administradas pelas sociedades compreendem: • Marcas próprias: Azaleia, Dijeon, Oik, Olympikus, Opanka e Vulcabras. • Marcas de terceiros: Under Armour. 1.1 **Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	0,23	0,27	99,77	99,73	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia Administração S.A.	-	3,96	-	96,04	-	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	99,99	99,99	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calçados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Em agosto de 2019 concretizou-se a venda da controlada Vulcabras Azaleia Administração. Empresa não operacional, a qual apresentava ativos não relevantes oriundos da cisão e venda da controlada operacional na Argentina (concretizada em Dezembro 2015). Não houve valores relevantes registrados com esta operação. Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. a. **Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação - Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:** A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados esportivos. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos. **Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.:** A Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos. Iniciou suas atividades em 25 de julho de 2013 com sede na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, sob a denominação de UA BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., sendo uma sociedade afiliada da Under Armour, Inc, tendo sido adquirida pela Vulcabras Azaleia CE em 01 de outubro de 2018. **Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.:** A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, esportivos. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará. **Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.:** A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011. **Globalcyr S.A.:** A Globalcyr S.A. iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevideú, no Uruguai, e tem como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente encontra-se com as suas operações paralisadas. **Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:** A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estas para o seu próprio consumo e venda a terceiros. **Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:** A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos, calçados femininos e botas para uso profissional. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia. **Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.:** A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados femininos. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003. **Calçados Azaleia Peru S.A.:** A Calçados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999. **Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.:** A Calçados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000. b. **Dados sobre participações diretas - Controladora**

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administração S.A.		Globalcyr S.A.	Total
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18		
Ativo total	1.248.255	1.184.036	51					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Dado sobre as participações indiretas: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A: **(i) Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcayr S.A.
31/12/2019					
Ativo total	399.239	51.941	92.416	1	1
Passivo total	40.634	35.269	30.712	6.150	1
Capital social	503.549	86.045	402.984	1.056	1
Patrimônio líquido	358.605	16.672	61.704	(6.148)	1
Receita líquida	1.755	17.406	77.672	—	—
Resultado do exercício	49.790	(15.995)	12.529	(76)	—
Participação no capital social	100,00%	99,73%	100,00%	98,45%	—

	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcayr S.A.	Vulcabras Azaleia SP, Administração S.A.
31/12/2018					
Ativo total	345.338	23.085	111.160	1	581
Passivo total	47.577	4.828	19.985	5.837	764
Capital social	486.339	71.635	444.984	1.056	2.715
Patrimônio líquido	297.761	18.257	91.175	(5.836)	(183)
Receita líquida	1.425	23.476	35.463	—	—
Resultado do exercício	33.804	500	(2.952)	(89)	(426)
Participação no capital social	100,00%	99,73%	100,00%	98,45%	96,04%

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calzados Azaleia Colômbia Ltda.	Calzados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
31/12/2019						
Ativo total	365.189	78.790	14.080	13.471	43.396	123.535
Passivo total	67.788	37.661	18.169	16.017	11.903	11.501
Capital social	459.929	92.404	26.207	841	1.072	36.116
Patrimônio líquido	297.401	41.129	(4.090)	(2.547)	31.492	123.534
Receita líquida	369.507	79.038	21.562	18.033	63.406	—
Resultado do exercício	39.555	12.538	(4.546)	(2.039)	63.546	583
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50,00%
31/12/2018						
Ativo total	322.177	74.238	9.228	14.561	37.842	122.952
Passivo total	64.332	45.647	8.772	15.012	5.004	1
Capital social	459.929	92.404	26.207	841	1.072	36.116
Patrimônio líquido	257.845	28.591	456	(451)	32.838	122.951
Receita líquida	344.453	79.523	18.951	19.415	62.929	—
Resultado do exercício	42.729	3.111	(3.790)	(2.191)	68	3.535
Participação no capital social	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50%

2.1 Aquisição de controladas: Ver política contábil em base de consolidação nota 4.1. Aquisição da Companhia Under Armour: A partir de 1º de outubro de 2018, a Companhia obteve o controle sobre a entidade UA Brasil Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda. através da aquisição de 100% das quotas através da sua subsidiária Vulcabras Azaleia CE, alterando o nome da empresa para Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. A entidade adquirida é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios da marca Under Armour no Brasil, e sua compra permitirá à Companhia aumentar sua participação de mercado e potencializar seu portfólio de marcas. O direito de distribuição dos produtos Under Armour produzidos em território nacional (pela Vulcabras ou terceiros) estão sujeitos à pagamentos de royalties para a Under Armour Brasil Licenciadora de Marca e Gestora de Ativos Ltda. **a. Contraprestação transferida:** O preço de compra pago em moeda corrente nacional, pela totalidade das quotas objeto, corresponde ao valor do patrimônio líquido ajustado da entidade na data do fechamento. O preço de aquisição a ser considerado foi de R\$ 94.126, que foi pago mediante transferência conforme abaixo, e representa o valor justo na data de aquisição: **99%** do preço de aquisição pagas à Under Armour Europe B.V. em nove parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data do fechamento do contrato; **1%** do preço de aquisição pagas à Under Armour UK Limited em nove parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data do fechamento do contrato; **o** valor remanescente a ser pago pela operação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 61.827 e não existem saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019; **b. Ativos transferidos e passivos incorridos:** Todos os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos transferidos em 1º de outubro de 2018, com base no melhor julgamento e estimativas da Administração, estão listados abaixo:

	RS
Caixa	7.534
Ativo circulante (-caixa)	92.756
Ativo não circulante	18.099
Passivo circulante	(24.263)
Patrimônio líquido	94.126

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e as normas do Conselho Brasileiro de Normalização Contábil (CNC) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o PR GAAP. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2020. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e suas controladas no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 3 - prazo do arrendamento:** se a Companhia e suas controladas tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **• Nota explicativa - consolidação:** determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida, bem como determinação se a Companhia e suas controladas têm influência significativa sobre uma investida para fins de equivalência patrimonial; **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos do próximo exercício fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa - Contas a receber:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; **• Nota explicativa - Estoques:** reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação; **• Nota explicativa - Impostos diferidos:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágios:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa - Provisão de reconhecimento de mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de ativos). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis
A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi representada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o IFRS 06 /IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso os requerimentos de divulgação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados às informações comparativas. **a. Definição de arrendamento:** Anteriormente, a Companhia e suas controladas determinavam, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICP 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia e suas controladas agora avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas optaram por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente aos contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICP 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019. **b. Como arrendatário:** A Companhia e suas controladas arrendam imóveis apenas. Como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificavam anteriormente arrendamentos como operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. **(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17:** Anteriormente, a Companhia e suas controladas classificavam os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas na data da aplicação inicial. A Companhia e suas controladas testaram seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas utilizaram vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular: **•** não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data de aplicação inicial; **•** não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); e **•** utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Transição:** Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: **•** ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial. A Companhia e suas controladas utilizaram os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/IAS 17. **•** Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses. **•** Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial. **•** Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento. **(iii) Impacto na transição:** Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso. O impacto na transição está resumido abaixo:

	Consolidado 31/12/2019
Ativo de direito de uso	15.845
Passivo de arrendamentos - Circulante	7.798
Passivo de arrendamentos - Não Circulante	8.047
Impactos na transição	
Contrato de arrendamento operacional	23.357
Passivo de arrendamentos - Circulante	9.529
Passivo de arrendamentos - Não Circulante	13.828
(*) Foi utilizada a taxa de financiamento habitacional divulgada pelo Banco Central do Brasil de dezembro/18 de 0,77% ao mês. Foi considerada a média de todas as instituições financeiras.	
Cronograma de pagamentos:	

Vencimento	31/12/2019	%
2020	2.616	17%
2021	7.05	4%
2022	7.05	4%
2023	7.05	4%
Total	15.845	100%

(iv) Impactos no período: Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 15.845 mil de ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019. Além em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconheceram despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 12.572 mil de amortização. **3.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais. **•** Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **•** Os ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

4. Principais políticas contábeis
A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **(a) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são reconhecidas quando registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. Se a contraprestação contingente não é classificada como instrumento patrimonial, então ela é mensurada e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(b) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta ao tom direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir, as demonstrações financeiras individuais da controladora. As informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(c) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(d) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, e operações. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo método de equivalência patrimonial, com base no custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(e) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não

monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos pelo valor justo no balanço. Os resultados da conversão são convertidos para o balanço em moedas apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. **4.3 Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente. **4.4 Benefícios a empregados: a. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **b. Acordo para pagamento baseado em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). **4.5 Subvenção governamental:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. **4.6 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras compreendem: **•** Receita de juros; **•** Despesa de juros; **•** Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **•** Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de custo efetivo de juros; **•** Impostos e despesas financeiras, incluindo impostos e despesas financeiras, despesas com juros e despesas com juros; **•** Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas recuperáveis ou pagos são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial; **•** As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. **c. Contribuição social:** A Companhia reconhece a contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **4.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade obsoletos são constituídas com base no preço de venda líquido do IFRP e CSL, diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **4.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade obsoletos são constituídas com base no preço de venda líquido do IFRP e CSL, diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **4.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade obsoletos são constituídas com base no preço de venda líquido do IFRP e CSL, diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **4.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade obsoletos são constituídas com base no preço de venda líquido do IFRP e CSL, diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **4.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade obsoletos são constituídas com base no preço de venda líquido do IFRP e CSL, diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **4.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade obsoletos são constituídas com base no preço de venda líquido do IFRP e CSL, diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos em futuros ganhos de registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados à venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação ver nota 29. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **4.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas

IFRS. • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). • IFRS 17 Contratos de Seguros.

5. Patrimônio Líquido (Controladora)

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 1.106.717 (R\$ 1.106.717 em 31 de dezembro de 2018) está representado por 245.756.346 (245.756.346 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

André de Camargo Bartelle 1º Vice-Presidente	Pedro Bartelle 2º Vice-Presidente	Pedro Grendene Bartelle Presidente	Hector Nunez Conselheiro	Roberto Faldini Conselheiro Independente
--	---	--	------------------------------------	--

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Marcello Joaquim Pacheco Presidente do Conselho	Benedito Alfredo Baddini Blanc Conselheiro	Carlos Gardel José de Souza Conselheiro
---	--	---

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças	Pedro Bartelle Presidente	Evandro Saluar Kollet Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia
Flávio de Carvalho Bento Diretor Industrial	Rafael Carqueijo Gouveia Diretor Superintendente	Márcio Kremer Callage Diretor de Marketing
	Rodrigo Miceli Piazer Diretor de Compras	

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Wagner Dantas da Silva

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Manoel Damião da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 "S"-SP

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25, a Diretoria da Vulcabras S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

Pedro Bartelle Diretor Presidente	Jundiaí - SP, 02 de março de 2020	Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
---	-----------------------------------	--

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, a Diretoria da Vulcabras S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício; declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes

Pedro Bartelle Diretor Presidente	Jundiaí - SP, 02 de março de 2020	Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
---	-----------------------------------	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Vulcabras Azaleia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 02 de março de 2020, emitido sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Marcello Joaquim Pacheco Presidente do Conselho	São Paulo, 02 de março de 2020 Benedito Alfredo Baddini Blanc Conselheiro	Carlos Gardel José de Souza Conselheiro
---	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas da
Vulcabras Azaleia S.A.
Jundiaí - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios
Conforme divulgado nas notas explicativas 4.10, 16 e 17, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável do ágio. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de impairment como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação da confiabilidade das informações produzidas pela entidade e o desenho dos controles internos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.